

Por uma Ecologia Idiomática

For an Idiomatic Ecology

Carlos Gomes de Carvalho*

Resumo: Este estudo examina o idioma nacional como um patrimônio protegido pela Constituição de 1988 [art.216]. O português/brasileiro é visto como elemento intrínseco da nacionalidade e neste ponto, isto é, no que diz respeito ao manto legal protetivo, está assemelhado ao meio ambiente natural, patrimônio protegido conforme a dicção do art. 225. Verifica as potenciais ameaças que sobre ele pesam. Apon-ta a sua proteção e a defesa jurídica, bem como a punição constitucional [§ 4º, art.216] aos danos e ameaças a esse patrimônio cultural. Destaca a imposição constitucional ao Poder Público e à coletividade para defendê-lo e para preservá-lo para a presente e futuras gerações. Ressalta o “direito” ao idioma pátrio como um dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Constituição Brasileira; Patrimônio cultural; Ecologia idiomática; Língua Portuguesa; Direitos humanos.

Abstract: This study examines the national language as a patrimony protected by the 1988 Constitution [art.216]. Portuguese / Brazilian is seen as an intrinsic element of nationality and at this point, that is, with respect to the protective legal mantle, is similar to the natural environment, patrimony protected according to the diction of art. 225. Checks the potential threats to it. It points to its protection and legal defense, as well as the constitutional punishment [§ 4, art.216] to damages and threats to this cultural heritage. It emphasizes the constitutional imposition to the Public Power and the collective to defend it and to preserve it for the present and future generations. It highlights the “right” to the mother tongue as a human right.

Keywords: Brazilian Constitution; Cultural heritage; Idiomatic ecology; Portuguese language; Human rights.

* Advogado, consultor jurídico ambiental, historiador, professor, poeta. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, da Academia Mato-Grossense de Letras [da qual é Presidente], do Instituto dos Advogados Brasileiros [RJ], da Academia Paulista de Letras Jurídicas, da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional. É autor do Dicionário de Termos e Expressões de Mato Grosso, de Anatomia da Fala da Gente de Mato Grosso. Na área especificamente jusambiental publicou: Introdução ao Direito ambiental (4ª ed.), Legislação Ambiental Brasileira, 3 vols., (3ª ed.), Dicionário Jurídico do Ambiente, O Meio ambiente nos Tribunais – A evolução da jurisprudência brasileira: do direito de vizinhança para o direito ambiental. E ainda: A Natureza pede Socorro (3ª ed.).

Dizem mais que este Maira Tupã dividiu entre eles (gentios) as línguas para que tivessem guerra com os Tapuias, mas não sabem dar a razão delas.

(Pe. Jácome Monteiro, em *Relação da Província do Brasil*. [1610]).

Introdução

Irei tecer breves considerações acerca de um tema que, confesso, ainda não vi claramente enfocado sob o prisma que apresentarei a seguir.

A Constituição da República consagrou como patrimônio cultural do povo brasileiro os “[...] bens de natureza material e imaterial [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”, entre os quais incluiu as “[...] formas de expressão”. [I, 216]. Portanto, a proteção ao patrimônio cultural representado pelo idioma português/brasileiro é um dever constitucional que se impõe a todos, governo e sociedade.

Mas, neste ponto, cabe a pergunta: proteção contra o que? De que tipo de ameaça falamos? Quais os riscos que pesam sobre esse elemento ambiental tão fundamental?

Sim, o idioma será visto exatamente como um elemento intrínseco ao meio ambiente cultural que, na dicção do art. 225, é um direito de todos, bem de uso comum do povo, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações. Então, já posso falar aqui numa, permitam-me o neologismo, ecologia idiomática.

Bem de uso comum do povo

Ao entendê-lo como um bem de uso comum do povo, o nosso objeto de trabalho já fica bem delimitado. Afastadas estão, pois considerações de ordem meramente linguísticas e/ou gramaticais que, por si, contribuem para criar uma barreira que, se é sociocultural é também política e eco-

nômica, qual seja, a de que a pessoa do povo fala errado, enquanto que a elite está “dentro da norma culta”. Não interessa, portanto, apontar aqui preconceitos linguísticos semelhantes, que já vêm sendo contestados por respeitados autores. Mas vale reconhecer, todavia, que sob este manto se albergam preconceitos de ordem cultural e política.

O dinamismo e a riqueza policromática da língua brasileira, num universo já superior a duzentos milhões de falantes, vivendo num território continental de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, constitui-se numa realidade palpável que, por isso mesmo, já não mais se admite falar em unidade monolítica do idioma.

Temos, ao contrário, forçosamente que admitir que o nosso povo possui uma estrutura idiomática multifacetada ou, se se preferir, uma unidade formal incrustada de diversidades. Entendendo assim, os falares regionais e populares não podem ser considerados inferiores a um determinado padrão oficial, normativo, da elite culta. Tal entendimento já é defendido mesmo pelas instituições oficiais. O Ministério da Educação publicou, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais nos quais posiciona:

A imagem de uma língua única, mais próxima da modalidade escrita da linguagem, subjacente às prescrições normativas da gramática escolar, dos manuais e mesmo dos programas de difusão da mídia sobre o ‘que se deve e o que não se deve falar e escrever’, não se sustenta na análise empírica dos usos da língua.¹³⁹

Há que se reconhecer, isto sim, que tais diversidades linguísticas constituem um fator de extrema riqueza para o patrimônio cultural da nação.

Ora, se já está havendo um claro esforço, que só o tempo vai poder confirmar o quão positivo pode ser para banir preconceitos que, como já disse, não é apenas de ordem cultural, mas igualmente política, cabe então indagar: de

139 MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Portuguesa - 5ª a 8ª séries, p. 29.

que ameaça falamos? E mais ainda: o que tem sido feito para enfrenta-la?

O exército invasor

Trata-se seguramente da invasão impiedosa que vem sofrendo a língua portuguesa/brasileira, sobretudo nas últimas décadas, particularmente por expressões do inglês norte-americano. Se se observar com mais cuidado se irá perceber que uma língua paralela está se constituindo. Uma outra língua: não é português, não é inglês, é uma forma híbrida. Não se trata aqui de, inutilmente, combater a multissecular interpenetração de palavras oriundas de culturas as mais diversas e que, praticamente, todos os idiomas do mundo já viveram e que, ainda hoje, no denominado “mundo da globalização” vivenciam intensamente.¹⁴⁰ Não se trata, pois, de deblaterar contra o inevitável, tal como o fizeram alguns “puristas” gramaticais do século passado e do início deste ante a penetração de galicismos e anglicismos que hoje aí estão, muitos, bem integrados, tanto na norma culta como na realidade dos falares de nosso povo. A língua portuguesa/brasileira tem demonstrado uma capacidade insuperável para absorver valores de todos os outros idiomas, e neste caso é tão generosa e fértil quanto o povo e a terra que a tantos abriga e acolhe. Portanto, não se trata de um inútil combate aos neologismos, nem tampouco se busca a fossilização idiomática. De que se trata então?

Repito: trata-se da invasão deletéria de outro idioma que, ou irá se tornar numa segunda língua [uma língua paralela e deturpada] ou se constituirá em um novo idioma. O inglês está invadindo de modo crescente e despudorado os escaninhos da vida quotidiana brasileira. Não se trata

140 Este é um fenômeno que os linguistas apontam ocorrer [ou já ter ocorrido] na imensa maioria dos idiomas conhecidos. A tentativa de atualização, ou de modernização, alcança até mesmo o latim. A Igreja Católica, dado o grande número de termos que estão sendo incorporados e criados e a sua necessidade de utilizá-los nos seus documentos oficiais, publicou (1997) o *Léxicon Recentis Latinitas* [Dicionário do Latim Recente].

de desconhecer a importância indiscutível de se manejar um segundo, ou quiçá terceiro, idioma. Isto é mesmo uma necessidade num mundo tecnicamente integrado, comercialmente tão dinâmico, ainda mais em se tratando do inglês, idioma oficial da potência econômica, política, militar e cultural mais poderosa de nossos dias. Não nos pode mover um extemporâneo xenofobismo. Há que se encarar a realidade tal qual ela se nos apresenta. Mas aqui a questão é outra.

A meu ver, os fatos estão a indicar que já não se trata apenas do milenar intercâmbio cultural que resulta em mesclagens linguísticas e outras e que desde os fenícios, e depois com maior intensidade os romanos, a humanidade vem presenciando. O que está ocorrendo em nosso país é um processo que poderá resultar na mais completa colonização cultural, vale dizer, numa forma de domínio da mentalidade coletiva. As consequências desse processo evidentemente não ficarão apenas no campo da cultura e do idioma.

Essa dominação é tão poderosa que já não mais distingue os limites extensos do conhecimento de um idioma para o acesso a novas tecnologias, para as trocas do comércio, para os contatos diplomáticos ou para o intercâmbio com outras culturas. Nem tampouco existe somente para compor uma explicação para um termo estrangeiro que não tenha equivalência no idioma pátrio. Se o problema estivesse circunscrito apenas a esse campo, problema maior não haveria. Se até a alguns anos as expressões estrangeiras se concentravam essencialmente nas áreas técnicas e dos grandes negócios, hoje passa a ter uma presença cada vez mais marcante em todos os setores da vida nacional. A abertura da economia brasileira para o capital externo, a manipulação política e cultural de conceitos como o de um “mundo globalizado e sem fronteiras”, hegemônico, uma mobilização ideológica sem precedentes a favor do capital internacional, enfim, a desmobilização das forças que poderiam se contrapor a essa política sem fibras nacionais, contribuiu nos últimos anos para estimular a locupletação dominadora do idioma

estrangeiro.

Os exemplos são abundantes. Situemos alguns deles: se formos a um “centro de compras”, que já se consagrou com sendo shopping center, então aí é que nos sentiremos como se estivéssemos numa pequena cidade norte-americana. Nomes de lojas, produtos, ofertas e promoções [que são anunciados como on sale] – tudo em inglês. Basta darmos uma circulada pelas ruas de uma cidade brasileira qualquer e veremos o hot dog na barraquinha, o delivery na pizzaria do bairro, a entrega sendo feita pelo motoboy, o outdoor da esquina informando o beach soccer no próximo final de semana ou convidando para uma rave incrementada ou ainda o folder que anuncia peeling especial para a socialite que também está à procura de um personal trainer e que antes de voltar para casa irá até uma loja de conveniência [ou convenience store] onde se vendem bebidas diet e excelentes comidas light e em seguida vai passar no pet shop da esquina para comprar ração para o seu poodle, ah sim, tudo isso ela fará enquanto a filha a espera no carro ouvindo o cd [compact disc] do hit parade do The Voice estadunidense, o filho planeja a ida ao show no final de semana e seu esposo participa do workshop sobre as novas tendências da globalização, tendo já avisado que irá ao happy hour com o pessoal da firma. Aí está enfim um festival de expressões cada vez mais usuais. E tem mais: AIDS [que é a sigla inglesa para a doença que em português será SIDA, como, aliás, é utilizada em Portugal], hit, in, out, hot line, layout, on line, mouse, trainner, soft, workaholic, start, link, e-mail, site, check in, stress, copy desk, check list, play off, drink, jeans, feeling, transfer, cockpit, best sellers, weekend, grid, showroom, release etc, etc. Sem se falar nos edifícios, restaurantes, casas comerciais, programas de rádio e TV com nomes estrangeiros [a imensa maioria em inglês] ou com consoantes dobradas ou as apóstrofes do possessivo ‘s’ que se repetem ridiculamente por qualquer razão [Souza’s bar, Toni’s mecânica] etc., etc. O mau exemplo todavia não é privilégio apenas do meio social, senão que são os próprios

órgãos governamentais, paradoxalmente, que estão contribuindo para a dilapidação de nosso patrimônio cultural comum, e assim desrespeitando a Constituição. Por acaso existe qualquer razão para o Banco do Brasil falar num tal Personal Banking?¹⁴¹

A coisa vai mais além ainda em gravidade quando atinge a estrutura mesma da língua, como é apontada no exemplo dado pelo professor Pasquele Cipro Neto: “O ex-prefeito de São Paulo mandou fechar a CMTC, sigla que representa um nome perfeitamente adequado à estrutura da língua portuguesa (Companhia Municipal de Transporte Coletivo), substituindo-a por uma tolice como ‘São Paulo Transporte’. Esse nome tem estrutura inglesa, como a de London Airport, New York City etc.” .

Também se verifica um crescente número de crianças com nomes estrangeiros e, quando isso já não é mais possível, adotam apelidos com grafias americanizadas e exóticas, geralmente com o final son ou ton. Sem se falar, é claro, nos nomes do show business, [olha aí], que cada vez mais assumem nomes artísticos estrangeirados.

E no campo do entretenimento, então nem se fala: há um verdadeiro estímulo para a divulgação de autêntico lixo musical. Qualquer musicasinha estrangeira, [basicamente norte-americana], que seja do interesse das grandes grava-

141 A propósito, o sistema financeiro instalado no Brasil [aqui o termo “instalado” é proposital, para significar que mesmo aquelas instituições financeiras de capital nacional utilizam abusivamente de expressões típicas de bancos estrangeiros] é todo ele rico em termos em inglês. Mesmo a Caixa Econômica Federal, além do já citado Banco do Brasil, cuja grande clientela é constituída em sua maioria por trabalhadores e gente simples, não se peja em utilizar terminologia estrangeira. E tal como ocorre num shopping center você provavelmente também se sentirá nos EUA ao pretender abrir uma mera conta corrente ou mesmo fazer qualquer aplicação financeira. Nestes casos, ou você compra um bom dicionário inglês – português ou corre o risco de ser engabelado. Parece que as coisas assim são feitas com o objetivo de confundir àqueles que não pertencem a uma “classe superior” ainda que, como é sabido, dinheiro não tem cor, cheiro ou classe. Mas o pedantismo não tem limites. E não é apenas cultural, é também social. Vejam-se alguns dos termos bancários mais comumente usados, colhidos ao acaso: ATM [Automatic Teller Machines], Asset Management, Beanhmark, Blue Chips, Chinese Wall, Commercial Papers, Compliance, Dividend Yield, Disclosure, Duration, Float, Hedge, IPO [Initial Public Offering], Open Market, Private Banking, Rating, Small Caps, Valuation, VAR [Value at Risk] etc.

doras, toca-se sem parar nas emissoras, “faz a cabeça” dos jovens e não sai tão cedo do hit parade. Sem dúvida, e é fácil comprovar-se, existe uma escalada de “poluição” sonora que está contribuindo para erodir a rica tradição musical e poética popular brasileira seja pelo seu paulatino esquecimento, seja pela introjeção¹⁴² de influências espúrias.

Veja, insisto, não se trata de defender nenhum xenofobismo ou mesmo de esquecer o mutualismo existente entre culturas, tampouco criticar o ensino formal de outros idiomas mas se trata, isto sim, de procurar valorizar um elemento fundamental e decisivo para a existência de um povo que é o seu vernáculo. É claro que existem termos, geralmente técnicos e científicos, impossíveis de uma perfeita tradução ou que, se fossem traduzidos, não talvez alcançassem a correspondência adequada [daí porque deixei de enumerar vários deles, sobretudo, os do campo da informática, inclusive]. E existem outros em que é perfeitamente possível fazer, como, aliás, já ocorreu no passado, um abrasileiramento [tais como: futebol, escrete, pôster, hambúrguer, trailer, travesti, leiser etc.] adaptando-se os termos segundo as regras da transliteração fonética.

Quantos e quantos desses estrangeirismos esdrúxulos, tão usualmente utilizados, não têm perfeita correspondência em nossa língua? No entanto, o que se vê é o idioma sendo submerso sob uma avalanche de anglicismos¹⁴³. Os meios de comunicação, a propaganda, o comércio todos eles influenciando, sobretudo a juventude, e colaborando para empobrecer uma das marcas mais ricas de nosso povo. Mas o curioso é que essa nefasta “contribuição” – tão entranhada

142 Uso o termo aqui em seu sentido psicanalítico mesmo, ou seja, de um “mecanismo psicológico, pelo qual um indivíduo, inconscientemente, incorpora e passa a considerar como seus, objetos, características alheias e valores de outrem.” [cf. Dic. Aurélio].

143 E a subordinação é tão grande, e sem qualquer dissimulação, que até mesmo aqueles termos que nada têm a ver com o inglês são tratados como se o fossem. “É o caso da expressão mídia. Ela vem do latim ‘medium’, plural ‘media’. Estamos escrevendo em português uma palavra latina e grafando-a com o sotaque dos outros.” – alerta a filóloga Rachel Valença. In: Folha de S. Paulo, 5/11/2000.

está - vem até de setores mais esclarecidos os quais, em outros campos, combatem a miserabilização geral a que está sendo submetido nosso país. Por exemplo: nos intervalos entre palestras e conferências já não somos mais convidados para fazer a nossa tradicional “pausa para o cafezinho”, mas estamos sendo intimados para os indefectíveis coffee break [quantas vezes você já não ouviu essa expressão no intervalo de uma palestra em que se deblaterou contra a excessiva presença americana no Brasil? Ou em que se afirmou a necessidade de se combater os malefícios da globalização? Ou em que se discutia a urgência de se proteger o patrimônio cultural brasileiro?].

A subserviência aos estrangeirismos ao invés de denotar cosmopolitismo é antes traço marcante de subdesenvolvimento não apenas cultural e político como, entendo eu, também moral. O desserviço que se presta à cultura brasileira é sem medida e aqui bem cabem as palavras do francês André Suarès: “Quem vai contra a língua, vai contra o gênio de um povo e contra o seu pensamento; numa palavra, contra a sua vida, no que ela tem de mais duro e de mais durável”.

A língua como domínio

A língua é um meio de transmissão de conhecimento, de informação, de ideias, enfim, de humanização. Mas é também sabido que ela, e em particular a linguagem escrita, pode ser igualmente utilizada como forma de domínio¹⁴⁴. Em vários momentos da História tem servido, como o demonstram diversos historiadores da linguística, como instrumento de manipulação, de opressão, de ocultação de fatos, de escamoteação da verdade. Em épocas vetustas, como na Índia e na China, a leitura e a escrita eram privilégios exclusivos dos sacerdotes, iniciados nos textos sagrados e seus guardiões,

144 Afirma o conhecido professor Milton Santos que “a história das relações internacionais dos últimos três séculos é também uma história de desvalorização do saber dos outros. Com a globalização totalitária a que assistimos, esse processo se acelera.” in: Folha de S. Paulo, Cad. MAIS, pg. 17, 5/11/2000.

que os mantinham em segredo e eram seus únicos e legítimos intérpretes. Mesmo séculos depois, na Idade Média, o uso da linguagem escrita praticamente só era exercido nos mosteiros. Somente a partir do século XVI é que a Bíblia foi traduzida para outros idiomas que não o latim, o idioma dos clérigos [para o português a primeira edição é de 1719]. A escrita, e por consequência o conhecimento, só foram realmente “populares” em culturas, como a grega, por exemplo, na qual, como nos lembra Marcos Bagno, não havia “uma casta sacerdotal monopolizadora dos livros sagrados”¹⁴⁵.

O conhecimento da língua fica restrito a uma determinada classe social e/ou religiosa na medida mesma em que os detentores desse saber exclusivo criam empecilhos [através de normas gramaticais, ortográficas, semânticas etc.] para a expansão desse conhecimento até às classes não privilegiadas. E é em boa síntese que exemplifica o citado autor: “Assim, se por um lado, a escrita pode ser apontada como uma das causas fundamentais do surgimento de civilizações modernas e do desenvolvimento científico, tecnológico e psicossocial das sociedades em que foi adotada, por outro não convém negligenciar fatores como as relações de poder e dominação que governam a utilização restrita ou generalizada de um código escrito”.¹⁴⁶ E se esse processo de exclusão ocorria no passado através das normas intralinguísticas [muitas regras gramaticais artificialmente criadas] hoje ele passa a preexistir pela existência [e exigências] de uma língua paralela.

Então aqui está o ponto nodal da questão: o uso abusivo, esdrúxulo, bizarro, sem sentido e desproposital de um idioma estrangeiro não representa necessariamente a busca de um conhecimento mais universal ou mais sofisticado. Ficasse restrito a campos do saber em que a exigência do conhecimento de um ou mais idiomas fosse condição inafastável para se obter mais saber e, particularmente, ter

145 BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. SP: Loyola, 1999, p. 128.

146 *Ibid.*, p. 128.

acesso a um conhecimento não disponível no idioma pátrio, e se estaria justificado. Não é o caso, contudo; pode-se comprovar. Em assim não sendo, como entender esta questão?

Não posso deixar de encarar essa vulgarização extrema do inglês senão como uma forma de colonização cultural e, por extensão, de discriminação social.¹⁴⁷ Num país em que a educação é privilégio de poucos, e em que mesmo a frequência a alguns anos de escolaridade não significa exatamente o acesso às fontes de informação [os nossos índices de leitura de livros e jornais é um dos mais baixos entre países com alguma importância econômica], em que os analfabetos adultos sobem à casa dos milhões, em que igualmente milhões de crianças em idade escolar estão nas ruas, sem se falar em quase igual o número de analfabetos funcionais, a linguagem escrita e a leitura do idioma em que se nasceu e vive é uma impossibilidade presente no horizonte de grande parte da população.

Aliás, a questão do acesso à informação e ao saber forma o quadro de impossibilidades estruturais que compõe a realidade brasileira: milhões sem teto, sem saúde, sem trabalho, sem terra, sem escola. É sabida a imensa dificuldade que uma pessoa analfabeta ou semialfabetizada tem em compreender a linguagem empregada pelos poderes públicos. As normas legais, as diretrizes que norteiam os atos públicos, as relações negociais e empregatícias tornam-se uma estranha criptografia para milhões nelas interessados. Daí também, em grande parte das vezes, não sabem se mobilizar em defesa de direitos que sequer sabem que existem. Só uma ínfima parcela da população tem acesso e entende leis fundamentais como a Constituição, por exemplo. Não saber ler/escrever, não ter condições de interpretar os signos da linguagem, não poder instrumentalizar a palavra é estar paralisado ante a uma dada rea-

147 A “ideologia” do predomínio global do idioma foi bem exposta pelo linguista Steven Fischer: “A globalização e a Internet devem aumentar ainda mais a influência da língua inglesa. Nunca na história da humanidade teve tamanha importância. O lema hoje é ‘aprenda inglês e prospere, ou ignore e padeça.’” In: VEJA, Páginas Amarelas, abril, 2000.

lidade, é estar impossibilitado de poder operar mudanças pacíficas na sociedade é, enfim, ficar manietado diante do altar da verdade. A ignorância da língua é, portanto, uma forma de submissão e manter essa ignorância é objetivo mal disfarçado das elites governantes. Um cidadão bem informado reflete e tem condições plenas de exercer a sua cidadania. Na verdade, só se pode mesmo falar em cidadania, em ser cidadão, quando o indivíduo detém um nível mínimo de informação cultural. Só então deixa de ser massa de manobra inerme nas mãos dos espertalhões de todos os naipes. E o exercício dessa cidadania passa igualmente pela escolha consciente de seus dirigentes. Neste sentido é que informação é poder. E como ter esse poder e exercê-lo se o idioma de origem, que é a mediação natural para o acesso a essa informação/saber, está em frangalhos e ameaça já não mais existir na sua inteireza?

Neste ponto é que a soberania individual passa também a se confundir com a soberania nacional. Assim, para um povo que mal tem acesso aos significados de seu próprio idioma, em que, não raras vezes, as expressões mais simples se tornam ininteligíveis [há um dito popular para esses casos quando se diz: “isto é grego para mim”], permitir-se que se introduzam tantos estrangeirismos, quase que um novo idioma paralelo ao seu, não será criar mais uma odiosa forma de discriminação político-social? Sim, além de sem-teto, sem-escola, sem-terra, sem-emprego, os brasileiros tornar-se-ão também sem-idioma? À secular marginalização idiomática.

A situação toma aspectos preocupantes. Percebe-se haver, em muitos casos e em certos setores, até certa “vergonha” em se falar português. Acredita-se ser “mais bonito” [atrair mais] o nome da loja ou do objeto posto à venda se ele for grafado em inglês. Em outros casos transparece com inequívoca clareza uma indisfarçável arrogância pelo “conhecimento” de um idioma, cuja imensa maioria das pessoas ao seu derredor desconhece, o que na realidade conforme essa visão, passa de certa forma a se constituir

numa maneira de se afirmar uma suposta superioridade social. A propósito, é interessante lembrar aqui o que, com propriedade, escreveu Millôr Fernandes, em seu *O Livro Vermelho dos Pensamentos de Millôr*: “Nunca conheci ninguém que falasse duas línguas. Cada palavra, nuance ou ritmia que se aprende numa língua se perde na outra... Como dizia Shaw: Nenhum homem realmente capaz em sua própria língua se interessa em dominar outra”.

Nunca será demais afirmar que grande parte desses que no uso coloquial usam e abusam do idioma estrangeiro não raro muito pouco conhece de seu próprio idioma.¹⁴⁸ Entre estes estão certamente alguns daqueles professores universitários [em uma palestra lembrou-me uma ouvinte] que, lecionando para brasileiros, em escola situada no país e recebendo em reais, distribuem seus textos, escritos no Brasil, em inglês. Muita pretensão e arrogância, sem dúvida. Testemunho assemelhado, e que certamente não é em absoluto raro, é o que nos dá Bagno: “Em minha experiência de tradutor profissional já me deparei algumas vezes com situações que poderíamos classificar de surrealistas. Pessoas que fizeram doutorado no exterior me procuraram para que eu traduza para o português teses escritas originalmente em inglês ou francês. Quando pergunto à pessoa por que ela mesmo não faz a tradução, a resposta que eu recebo é chocante: ‘É porque eu não sei português’”. E, com uma estupefação que em si mesma já é um diagnóstico, conclui: “Como é possível? Uma pessoa que escreveu uma tese de 500 ou 600 páginas num idioma estrangeiro, e que obteve assim o seu grau de doutor, de Ph. D., em sua especialidade científica, tem receios de escrever em sua própria língua materna?”¹⁴⁹ A ironia suprema esta em que não será difícil supor que em muitas dessas teses estejam indicações válidas para

148 É preciso dizer que o simples fato de um indivíduo falar um, ou mais, idioma por si só não denota saber, ou intelectualidade elevada, pois se assim fosse, diplomatas, marinheiros e mascates estariam entre as pessoas mais cultas e sábias do planeta.

149 BAGNO, Marcos. Op., cit., p. 108.

livrar o povo brasileiro das amarras do subdesenvolvimento, dar-lhe melhores condições de vida e proporcionar-lhe um ambiente saudável e que apontem caminhos para tirar o país da dependência econômica, acompanhadas de justas manifestações de solidariedade social para com os excluídos. Porém, como pautar uma discussão proveitosa nesse campo se se esquecer de um fenômeno concreto e objetivo como o idioma pátrio? Como arregimentar as mentes e corações de um povo se não se fala a sua linguagem e se o seu idioma materno é tão menosprezado?

A verdade, contudo, é que no campo vasto, dinâmico e fluído da língua é que se dá a ancoragem de propostas políticas e filosóficas que podem conquistar a alma de um povo.

“Se habita uma língua”

Com efeito, o verso cabralino¹⁵⁰ é uma síntese que justifica a visão do idioma como um direito ambiental [uma ecologia idiomática] protegido pelo mandamento constitucional. O idioma é a pátria, é o patrimônio cultural mais importante legado pelos nossos antepassados e que cabe preservá-lo para as gerações vindouras. Quando se discute patrimônio cultural, proteção ao meio ambiente, inevitavelmente há que se estabelecer um contexto preciso. E, ao assim fazê-lo, a mediação que se estabelece é através do idioma. É ele que, como reza o texto constitucional, é portador de “referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”

A agressão crescente que sofre o idioma brasileiro fere sem dúvida o princípio constitucional, que o tem como “portador de referência à identidade, à ação, (e) à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A avalanche de termos, denominação e expressões norte-americanas, particularmente, que se mesclam acintosamente no vernáculo

150 J. agora que de regresso/ não a teu país, mas à mesma/ língua em que te falei/ íntimo de cama e mesa/ eis que aprendo, nesta paisagem/ da de teu país tão diversa,/ como se habita uma língua/ Como se fala Marselha. In: Museu de Tudo.

quotidiano, gerando uma língua híbrida, desfigura por certo essa exigência constitucional de ser elemento portador de referência à identidade e à memória da sociedade brasileira.

A situação de evidente perigo para o idioma se torna mais aguda na medida em que, cada vez mais, a sociedade brasileira, e nisso ela não é diferente das demais, está sendo “governada” pelas tecnologias audiovisuais. Mas, no que nos tornamos diferentes de outras culturas, sobretudo europeias e norte-americanas, é que a partir de um baixíssimo, quase nulo, nível de cultura do livro estamos dando um salto triplo carpado para a era do som e da imagem. Isto seguramente terá implicações fortíssimas na formação da consciência cultural do povo, pois, enquanto a leitura é reflexiva, crítica, conclusiva, ativa, a informação [que também passa a ser formação] advinda dos meios de comunicações audiovisuais - rádio e tv - é superficial, facilitada, fragmentada, passiva, dispersa e acrítica. Não é preciso dizer, pelo que conhecemos da qualidade da programação de nossas emissoras, qual será a repercussão [qual está sendo] no idioma de nosso povo, no que ele tem como portador de referência à identidade da sociedade brasileira ¹⁵¹.

Tanto quanto ocorrem a inúmeros outros bens culturais e naturais que sofrem variadas formas de poluição, essa invasão de estrangeirismos, sobretudo anglicismos, representa uma espécie de impacto ambiental extremamente negativo. Essa poluição, a corrosão, enfim a dilapidação do idioma nacional - um patrimônio cultural ancestral - coloca em risco a própria identidade social e a memória histórica do povo brasileiro.

Ouso aqui fazer uma citação de Monteiro Lobato feita para outro contexto, mas que se pode ajustá-la, sem forçar muito, ao tema de que ora trato. Em *Emília no País da Gramática* dona Etimologia conversa com as crianças

151 Sem falar que as programações televisivas, sobretudo as telenovelas, veiculam com quase exclusividade a expressão linguística de uma determinada região do país [Rio particularmente, e mais ainda, “ipanemense e copacabanense”] que paulatinamente se está sobrepondo sobre as demais, o que poderá resultar em médio prazo numa perniciosa homogeneização do idioma, a partir daquele centro.

do Sítio do Pica-Pau Amarelo e lá pelas tantas, depois de explicar sobre o dinamismo das línguas, e comparando o português de Portugal com o português falado no Brasil, diz: “a língua desta cidade [referia-se ao Brasil] está ficando um dialeto da língua velha [de Portugal]. Com o correr dos séculos é bem capaz de ficar tão diferente da língua velha como esta ficou diferente do latim. Vocês vão ver.” Entendo que estamos correndo riscos de, a continuar esse processo de colonização idiomática, o nosso português/brasileiro, em futuro não muito longínquo, vir a se transformar num mero dialeto do idioma, tal como hoje o conhecemos, tornando-se dele tão diferente quanto o português se tornou do latim. Ou, mais grave até do que isso [como se tal fosse possível], vir a se tornar numa sublíngua, num idioma marginal.

Diante desse quadro, é evidente que se impõe a defesa do patrimônio cultural idiomático com a mesma ênfase, dedicação e entusiasmo com que hoje estamos empenhados na proteção de nossos recursos naturais, do ar puro, do ambiente saudável, dos patrimônios histórico e artístico nacional que enfim, tanto quanto o idioma, compõem a qualidade de vida – um direito humano fundamental. Com efeito, o pleno uso do idioma pátrio é um direito inalienável de seus filhos e é parte integrante da qualidade de vida de um povo dele poder fazer uso, tal como seus antepassados o fizeram. E, mais ainda, dentro de parâmetros idiomáticos estruturais da história cultural da nação é um poder - dever de todos contribuírem para o seu aperfeiçoamento e evolução, tal como fizeram seus avoengos.

O dispositivo constitucional [§1º, art.216] determina que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural brasileiro” e inscreve meios protetores como “vigilância (...) e outras formas de acautelamento e preservação.” E como fazê-lo? Eis a questão.

Não se pretende, é óbvio, a fossilização do idioma, nem se defende que se erga uma barreira ao intercâmbio cultural, tampouco será possível forçar uma segregação linguística. Seriam atitudes tolas, extemporâneas e de todo impossível no interligado mundo contemporâneo. Muito menos que tal

se proceda exclusivamente através de legislação. O que fazer?

Não tenho a pretensão de trazer lições, para as quais outros estão melhores aparelhados, particularmente no campo estrito da linguística e do ensino do idioma. Arrisco-me, não obstante, a fazer algumas considerações derradeiras sob o viés daquilo que estou denominando de ecologia idiomática.

Obstáculos por certo existem, e não poucos. O maior deles é de ordem estrutural: uma população de milhões de analfabetos somada a outro tanto dos denominados analfabetos funcionais, ou seja, aqueles que frequentaram a escola por algum tempo e dela saíram sem terem desenvolvido capacidade completa para a leitura e a escrita.

Há outra camada significativa, e esta abarca mesmo aqueles que frequentaram a escola superior, que é aquela que não desenvolveu o hábito da leitura e da reflexão. O índice de leitura de livros, de jornais e revistas, é baixíssimo e é inclusive inferior até a muitos países de menor potencial econômico. Em compensação, o acesso aos meios de comunicação eletrônicos - rádio, Tv e agora a internet - é quase que total. A par disso, vive a imensa maioria da população brasileira na carência de condições mínimas de vida: sem emprego, sem alimentação, sem saúde, sem habitação, sem transporte, sem acesso a bens culturais, em resumo, sobrevivem a uma pérfida distribuição de renda. Por outro lado, o investimento em educação, sobretudo no nível básico, não acompanha as necessidades do país. Não há escolas em número suficiente, professores ganham verdadeira miséria, estabelecimentos são mal equipados e faltam bibliotecas escolares. Assim, a dificuldade para a defesa desse patrimônio cultural comum é hercúlea. Mas, nem por isso capaz de impedir que se adotem medidas que venham a contribuir para a sua proteção.

Lei de proteção ao patrimônio cultural idiomático

A lei maior mesmo estabelece [§ 4º, art. 216] que “[...] os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei”. Então, uma legislação que passe a considerar

como dano ao patrimônio cultural comum, como ameaça à identidade e à memória da sociedade brasileira o uso abusivo de expressões estrangeiras, aliada a uma ação efetiva e vigilante [vigilância e acautelamento na dicção do § 1º, art. 216], poderá ser parte desse esforço coletivo.

Com efeito, não há porque se aceitar a substituição de nomes e expressões perfeitamente vernaculares por aqueles de uma língua estrangeira. Em outras palavras, só poderá ser admitida a grafia em de nomes em outras línguas em último caso, ou seja, quando absolutamente não encontrarem correspondência idêntica ou ideal em nosso idioma. Da mesma forma, nomes de casas comerciais, de empresas nacionais, de programas de rádio e Tv. etc. ¹⁵²

A pretensa modernidade de uma tradução forçada representa autêntico saque contra o patrimônio tradicional do povo brasileiro. A conspurcação desse bem coletivo pode, a meu ver, ser tida, além de crime de lesa pátria, também como uma forma de poluição e como tal penalmente enquadrada, em dispositivo da Lei nº 9.605/98.

Na verdade, não há como deixar de se considerar como crime o processo lento mas inexorável de destruição, de inutilização e de deterioração [conforme as tipificações do art. 62, da referida Lei] da língua pátria. Esse processo moderno, característico de um cosmopolitismo periférico hoje espalhado por todo o país, é extremamente danoso ao patrimônio cultural coletivo representado pelo idioma. E a significação telúrica do discurso vernacular, tão representativo da alma de um povo, se acha umbilicalmente ligada a expressões san-

152 Talvez a França seja hoje o país que mais longe foi na oposição a essa invasão idiomática. Em 1994, o então Ministro da Justiça Jacques Toubon conseguiu a aprovação de lei, que levou seu nome, determinando que, em qualquer situação, se utilizassem exclusivamente termos franceses. Contudo, em 29 de julho desse mesmo ano, o Conselho Constitucional censurou parcialmente a lei para determinar que a obrigação do uso do idioma fosse a atividades da vida social, comercial e intelectual, dela retirando a obrigatoriedade do uso em caráter privado. Neste caso, toda vez que surge um termo novo e que não exista correspondência em francês cabe ao Conselho Superior da Língua Francesa procurar essa adequação. Em sua época, Charles De Gaulle proibiu terminantemente que os diplomatas franceses, quaisquer que fossem as circunstâncias, jamais usassem em solenidades oficiais outro idioma que não o francês.

guíneas como pátria, espírito coletivo, solidariedade, História da Nação, coesão social, aspirações nacionais.

Não somos dessa raça de servos

Não posso deixar de lançar aqui um forte brado contra a violência que se pratica contra o nosso belo idioma. Aqueles que lutam em defesa dos recursos naturais, pela proteção do patrimônio histórico e artístico nacionais, pelo ar puro, pela água limpa, não poderão jamais deixar de também erguer suas vozes em defesa desse patrimônio cultural único que é o idioma nacional. Temo que, num futuro não muito longínquo, venhamos a repetir, com outras palavras, a epígrafe que encima este artigo: que a linguagem da nação foi dividida para que nos separássemos ainda mais, aprofundando a exclusão social, sendo considerados “fortes e poderosos” os que sabem e adotam a língua estranha e “fracos, divididos e inermes” – uma espécie de cidadãos de segunda classe – os que sequer conhecem a língua pátria.

A língua de um povo é a testemunha mais autêntica da história de seus sofrimentos e de suas alegrias, ela impulsiona as suas aspirações e absorve as suas amarguras, louva as suas vitórias e explica as suas derrotas, consola seus desencantos e dá asas aos seus sonhos. Os sons e as palavras que compõem o idioma são a alma e o sangue que dão vida a um povo.

É preciso, ainda agora, recordar os versos inspiradores de Ronald de Carvalho: “América, teus poetas não são dessa raça de servos que dançam no compasso de gregos e latinos!”.

Brasileiros, não podemos ser como os servos que dançam em subserviência à linguagem do Império.¹⁵³

153 Aqui, aproprio-me do conceito Antônio Negri e Michael Hardt [em “Empire”]: “O Império é a Constituição do mercado global. Naturalmente, quando se fala em Constituição, entendem-se duas coisas: o ordenamento jurídico e o comando. O comando imperial já está constituído, o ordenamento jurídico está em via de constituição”. Negri explica o seu conceito de Império: “Império é o nosso nome para a forma política da globalização capitalista. [...]. O Império é ilimitado no sentido espacial, não há nada externo a seu poder. O Império domina a totalidade. O Império também é ilimitado no sentido temporal, já que seu domínio é posto como necessário e eterno, em vez de temporário e transicional. Finalmente, o Império é ilimitado em um sentido social, pois busca controlar toda a experiência social; o objeto do Império é a própria

Referências

- BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Loyola, 1999.
- FISCHER, Steven. A globalização e a Internet devem aumentar ainda mais a influência da língua inglesa. Nunca na história da humanidade um idioma. In: *VEJA*, Páginas Amarelas, abril, 2000.
- FOLHA DE S. PAULO, Cad. MAIS, p. 17, 5/11/2000.
- HARDT, M. Entrevista à *Folha de S. Paulo*, Cad. MAIS, p. 7, 24/09/2000.
- MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Língua Portuguesa - 5^a a 8^a séries, Brasília: MEC, 1997.

forma de vida. [...]. É a primeira vez que vemos uma forma verdadeiramente ilimitada de poder.” M. Hardt. In: Entrevista à *Folha de S. Paulo*, Cad. MAIS, p. 7, 24/09/2000.